

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

N. 158 - Maio de 1979

Consolidar
posições
para avançar

(pág. 3)

EDITORIAL

Impulsos e tensão

Quinze anos de ditadura nos levaram à grave situação que o país atravessa agora. No plano econômico, o ritmo da inflação — 15% em três meses — é alarmante. No plano social, a multiplicação de greves e movimentos reivindicatórios indica como é intolerável a situação de vida das massas assalariadas. No plano político, permanece a crise, na medida em que a ditadura faz tudo para sobreviver, contrariando os anseios da nação, e consegue ainda adiar o momento de sua substituição por um regime democrático, única saída para a crise.

As forças democráticas, sobretudo as mais consequentes, estão hoje diante de um grande desafio: como orientar os impulsos que se manifestam com vigor crescente no tecido social sem aceitar a estratégia da tensão em que apostam as forças mais reacionárias. Fala-se muito, por exemplo, e não se trata de uma fantasia, de divisões no seio do governo. Ora, estas divisões se acentuam justamente porque o movimento de massas e democrático está em ascensão. E os grupos associados no poder apresentam diferentes respostas a este processo. Mas a análise geralmente feita e trombeta da privilégia o peso das dificuldades enfrentadas pelo governo e agita o espantinho de sua derrubada.

Trata-se de uma conhecida tática de chantagem da direita. Importância menor, mas não desprezível, têm as ilusões de setores do campo democrático de que o governo pode cair por forças apenas de movimentos reivindicatórios. É uma visão de algo como um grande salto da luta reivindicatória para um novo regime, de uma queda espetacular da ditadura. Mas o fim do regime é um problema político nacional. E, para problemas políticos dessa magnitude, é preciso encontrar soluções políticas amplas, globais.

Não se pode separar a luta reivindicatória da luta política geral. Não se pode subestimar a importância dos pontos programáticos mínimos capazes de congregam todas as forças de oposição e de continuar atraindo forças e personalidades descontentes do regime. Nunca é demais recapitular esses objetivos principais: anistia ampla, geral e irrestrita; eleições diretas em todos os níveis; liberdade de organização política e sindical, e de manifestação; extinção das «salvaguardas»; superação da atual doutrina de segurança nacional; fim da tutela militar sobre a nação; convocação da Constituinte.

Estes são pontos vitais para a classe operária, para os trabalhadores, para o conjunto das massas populares. Sem avanços

neste terreno não teriam sido possíveis os movimentos que se desdobram atualmente, da mesma forma que a existência desses movimentos é o verdadeiro motor que faz avançar a luta pela democracia. A verdade é que a melhor garantia do prosseguimento do processo atual, em que vão sendo impostos ao regime sucessivos recuos, é articular cada vez mais e melhor os movimentos reivindicatórios com os objetivos democráticos gerais. É assim também que se combatem os riscos de isolamento de setores do campo popular e democrático.

A Resolução Política de novembro de 1978 de nosso Comitê Central indica o caminho para continuar avançando, sem cair, porém, na visão do «grande salto» e numa concepção instrumental da democracia:

«Evitar o acirramento das tensões em momentos nos quais as condições são desfavoráveis para a classe operária e o conjunto da oposição é um critério político importante para todos os democratas. Da mesma forma, não podemos admitir a contenção da luta quando se pode avançar na conquista de novas posições.

É nosso dever buscar alianças e condições para que a classe operária possa, permanentemente, conquistar posições, acumular forças, consolidá-las e prosseguir em sua luta».

Pela Anistia

Será realizada em Roma, nos dias 28, 29 e 30 de junho próximo, a Conferência Internacional pela Anistia no Brasil. Contando com o patrocínio da Fundação Lello Basso, a conferência terá como objetivo principal, segundo seus organizadores, «a expressão da mais ampla solidariedade internacional em apoio à luta do povo brasileiro pela anistia ampla, geral e irrestrita, e pelas liberdades democráticas».

Além da Comissão Executiva Nacional do Comitê Brasileiro pela Anistia, enviarão delegações numerosas entidades representativas de todos os setores da população brasileira. O cardeal-arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, o presidente do MDB, deputado Ulysses Guimarães, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luis Inácio da Silva, estão entre as personalidades convidadas.

Entidades de todos os países europeus, dos EUA, México e Canadá enviarão representantes. O manifesto de convocação da Conferência é assinado por 14 personalidades de projeção mundial, entre as quais o prefeito de Roma, G. C. Argan, o deputado suíço Jean Ziegler, o físico francês Alfred Kasler, Sean McBride, detentor dos Prêmios Nobel e Lênin da Paz e ex-presidente da Anistia Internacional, o linguísta norte-americano Noam Chomsky e o escritor colombiano Gabriel Garcia Marques. A presidência executiva do encontro será exercida pelo magistrado francês Louis Joinet e pelo jurista belga François Rigaud.

As lutas de
maio e a busca
da democracia

(pág. 5)

23º Congresso do
PCF: entrevista
de M. Gremetz

(pág. 2)

23º Congresso do PCF confirma e aprofunda opção democrática

Durante cinco dias, os 1.992 delegados ao 23º Congresso do Partido Comunista Francês foram protagonistas de um grande ato político que confirmou as opções do 22º Congresso no sentido da luta «através da democracia por um socialismo democrático, um socialismo com as cores da França». O congresso, assistido por 88 delegações de partidos comunistas e operários e movimentos de libertação nacional do mundo inteiro, culminou o mais rico e democrático processo de discussão da história do PCF.

Os delegados foram eleitos em 98 conferências federais, representando 702.864 comunistas (dos quais 250.000 - 35,7% - mulheres) organizados em 28.000 células. Congresso de abertura, como o definiu o secretário geral do PCF, camarada Georges Marchais, o 23º aprovou uma resolução cujo título — O Futuro Começa Agora — dá ideia do grande esforço feito pelos comunistas franceses para repelir de sua prática e de sua reflexão qualquer forma de dogmatismo e esquematismo. O informe do camarada Marchais refletiu de forma articulada e inteligente os quatro meses de discussões do Congresso. Também na Resolução finalmente aprovada, com mais de 300 emendas, no novo texto dos Estatutos e na composição da nova direção está refletida a capacidade do PCF de se transformar sempre para estar cada vez mais à altura de suas tarefas.

O camarada Maxime Gremetz, membro do Bureau Político e secretário do Comitê Central, concedeu a *Voz Operária*, poucos dias após o encerramento do 23º Congresso, a entrevista abaixo.

V.O. - Camarada Gremetz, como você resumiria os desafios que o PCF e o conjunto do movimento popular e democrático francês são chamados a enfrentar neste momento histórico em que se insere a realização do 23º Congresso: prosseguimento da crise do capitalismo francês e mundial, de um lado, com todas as suas repercussões sociais e políticas, e, de outro lado, as dificuldades decorrentes do insucesso da União das Esquerdas nas eleições de março de 1978?

O Congresso reafirmou que há, sim, uma outra política possível: uma política baseada na independência nacional e no interesse dos trabalhadores. Uma política que não seria ditada pelas sociedades multinacionais, mas que visaria a enfrentar, a isolar, a derrotar os grandes monopólios.

Gremetz - Nós afirmamos, com efeito, em nosso 23º Congresso, que nosso país se encontra diante de uma crise grave. Hoje, ninguém nega a gravidade desta crise. A burguesia recorre mesmo ao argumento da crise fatal para explicar que não é possível satisfazer as reivindicações dos trabalhado-

res, para explicar que não há outras políticas possíveis.

No informe que o camarada Marchais apresentou na abertura do Congresso, em nome da direção de nosso Partido, ele disse: «se essas manifestações da crise (...) não podem de fato ser contestadas, o mesmo não ocorre em relação às causas da crise e às soluções que podem ser encontradas para ela. Uma batalha política e ideológica intensa se desenvolve em torno desta questão, e mais particularmente em torno da questão de saber se as causas determinantes da crise se situam ou não na França. A esta questão nós respondemos: a crise é antes de mais nada nacional». Sem, com isso, subestimar o caráter internacional da crise. Trata-se, efetivamente, da crise do sistema capitalista, mas com particularidades, com especificidades diferentes segundo os países.

Esta questão é muito importante. A realidade da crise é percebida por milhões de pessoas. É preciso, hoje, fazer com que elas percebam quem é responsável por esta crise; e, sobretudo, que é possível sair dela, à condição de se bater, de lutar, de tomar em mãos seus próprios problemas. Então, efetivamente, a esquerda não chegou ao poder em março de 1978. Nós clarificamos esta questão. O Partido Socialista tem a inteira responsabilidade por isto. No momento decisivo, ele virou as costas à união, abandonou o Programa Comum, considerando que estava suficientemente forte para ir ao poder sem o partido comunista.

Esta situação nos leva a uma nova reflexão: a união deve ser sólida, durável, ela deve ser sempre um assunto dos próprios trabalhadores. É por isso que propomos uma nova união. O camarada Marchais indicou, no 23º Congresso: «Devemos atribuir a prioridade absoluta à união na ação, à união realizada, na base, pelas lutas dos trabalhadores e da população».

Eis as grandes tarefas que esperam os comunistas hoje: deixar claro quem são os responsáveis pela crise; deixar claro o problema da união. Organizar as ações, as lutas dos trabalhadores.

V.O. - Quais os ensinamentos que o 23º Congresso tirou da prática do movimento popular e democrático francês desde a assinatura do Programa Comum de Governo, em 1972?

Gremetz - Eu lembrei a nova reflexão que o insucesso das esquerdas em março de 1978 havia feito nascer entre nós: Que lições tiramos do desenvolvimento do movimento popular depois da assinatura do Programa Comum?

Em primeiro lugar, a existência mesma deste programa permitiu uma elevação da consciência política de nosso povo. Ele fez crescer a compreensão sobre as reformas anticapitalistas que nós preconizamos, sobre as soluções novas que é preciso pôr em prática para sair de uma crise de caráter igualmente novo. Mas, também, surgiram ilusões, entre os trabalhadores, sobre os problemas reais.

A ideia de que tudo estava resolvido antecipadamente, de que o acordo era sólido, de que o Partido Socialista havia mudado de natureza, se difundiu. Ilusões, portanto, so-

bre o conteúdo, a solidez da união, o próprio Partido Socialista, levando a que se perdesse de vista que a união não pode se manter e se reforçar sem a intervenção ativa dos trabalhadores, sem o reforçamento do Partido Comunista.

V.O. - Como foi analisada a atividade política e a reflexão do PCF desde o 22º Congresso, em 1976, que definiu uma «via francesa ao socialismo»? Quais foram os pontos fortes — nos quais se deverá insistir — e os pontos fracos — que é necessário superar — dessa atividade e dessa reflexão revelados pelo processo de discussão do 23º Congresso?

Gremetz - Nosso 23º Congresso havia sido apresentado como um congresso de «glaciação» pela imprensa, pelo rádio, pela televisão. Mas os meteorologistas de gabinete fizeram uma análise correspondente a seus desejos, não à realidade dos fatos.

Nosso 23º Congresso foi o prolongamento, o enriquecimento do 22º Congresso, levando em conta as mudanças ocorridas desde 1976. Nós lutamos por um socialismo democrático à francesa, cujos traços gerais foram fixados por nosso 22º Congresso. O caminho democrático ao socialismo é, simplesmente, o caminho revolucionário, porque é o mais rápido para chegar ao socialismo. O avanço democrático ao socialismo é uma demarcação aberta, ousada, ofensiva. Nós dizemos que não há mudanças democráticas possíveis sem aquilo que Waldeck Rochet chamava «o movimento majoritário da nação laboriosa». Para nós, construir a união de todas as vítimas da política do capital, em sua diversidade, é uma escolha irrevocável. É o caminho da luta. O avanço democrático ao socialismo não pode, com efeito, ser separado de um processo de lutas de massas que permitam, através de conquistas democráticas cada vez mais profundas, modificar a correlação de forças sociais e políticas em proveito das forças populares, avanço que se expressará, a cada etapa, ao mesmo tempo na luta e no sufrágio universal. Aí está toda a nossa estratégia, e nós não temos outra.

O que nós propomos para a França não constitui, evidentemente, um modelo que se quereria exportar, válido para os outros povos em qualquer tempo e lugar. Cada povo, cada partido, define com toda a independência a sua política.

Raul Azêdo Neto

Faleceu no dia 17 de maio, no Rio de Janeiro, o jornalista Raul Azêdo Neto, incansável combatente das causas do nosso povo. Jornalista talentoso e perspicaz, sempre capaz de ir ao fundo dos problemas que abordava, Raul Azêdo Neto gozava da admiração e do respeito de seus colegas.

Premido pelas injustiças que marcam a vida profissional na imprensa brasileira, Raul só pôde parar de trabalhar, para tratar de problemas circulatórios, quando era tarde demais, e nos deixa aos 50 anos de idade. Compartilhamos, saudosos, o pesar de sua família, de seus amigos e companheiros de trabalho e de luta.

Unidade e persistência

Todas as medidas já tomadas pelo governo e que têm sido caracterizadas como manifestações de uma política de «abertura» exprimem, de um lado, a pressão do movimento de massas, que vem se reanimando e elevando incessantemente seu nível de combatividade, e, de outro, uma estratégia do regime que foi implantado no país a partir do golpe de 1964, estratégia cuja preocupação básica consiste em adaptar-se às novas circunstâncias sem renunciar à preservação de sua essência. Em outras palavras: consiste em entregar os anéis para não perder os dedos.

Não fosse o movimento de massas em ascensão, o regime não pensaria seriamente em «abertura». Se, porém, o movimento de massas já fosse suficientemente forte e estivesse bem organizado em âmbito nacional, faltaria ao regime a área de manobra que ele está aproveitando para manter habilmente o controle do processo da sua própria crise, apresentando como concessões generosas as medidas que lhe vêm sendo cada vez mais energicamente cobradas pela pressão das massas.

Essa área de manobra é imprescindível à estratégia do regime. Desde que foi forçado a abandonar uma política que se baseava, predominantemente, na repressão pura e simples, desde que precisou empenhar-se mais no jogo político (com seus riscos e alianças), o regime, através de sua atual liderança, vem procurando aprimorar seu desempenho como jogador, servindo-se de todos os seus trunfos e eventualmente recorrendo também a alguns blefes. Figueiredo já assumiu o poder, assim, sob a condição de mostrar-se mais «hábil» que o truculento Médici. Mas os problemas atuais da sociedade brasileira não podem ser resolvidos a golpes de «habilidade» palaciana.

Para compensar a péssima repercussão nas áreas populares do anúncio do seu ministério (um autêntico escroto da direita), Figueiredo chegou até a criar um novo posto de ministro cuja função específica é a de aproveitar as técnicas de *marketing* para «vender» à população uma imagem melhorada dos detentores do poder. Contudo, pode ser que ao novo ministro esteja sendo atribuída uma tarefa de cumprimento impossível: se a realidade cotidiana vivida pela população é de insegurança e pobreza, não há «comunicação social» capaz de convencer duradouramente as pessoas de que o país está sendo bem administrado e de que a sociedade está organizada de maneira justa.

Por mais sofisticadas que sejam hoje em dia as técnicas de manipulação da opinião pública, não perdeu validade aquela frase de Abraham Lincoln, segundo a qual é possível enganar umas poucas pessoas durante todo o tempo, é possível enganar todas as pessoas durante pouco tempo, mas não é possível enganar todas as pessoas durante todo o tempo.

Veja-se, por exemplo, o que está acontecendo com a inflação. Uma das razões invocadas pelos golpistas de 1964 era a da insuportabilidade da inflação, sob o governo Goulart. Agora, que se acham no poder há quinze anos, os homens que promoveram a derrubada de Jango já não conseguem esconder a incompetência que os domina diante do processo inflacionário. Os índices da inflação de março levaram Figueiredo a reunir seu ministério e a editar em abril um «pacote» que o próprio Figueiredo já comprou a uma «caixa de charutos»: ninguém acredita que o novo «pacote» — um novo embrulho, seria a expressão mais adequada — vá conter o surto inflacionário.

Não se pode dizer que a tática do governo Figueiredo esteja lhe trazendo vantagens substanciais, que a sua propaganda venha dando prestígio à figura do general. Sua falta de capacidade para conter a inflação o desgasta. Sua atitude dilatória e confusionista ante a questão da anistia — questão premente, decisiva — o desmoraliza. Sua demagogia a respeito das intenções «democratizadoras» que proclama cai no vazio. Recentemente, quando o general proibiu os oficiais da reserva de opinarem sobre temas políticos, um dirigente da oposição lamentou esse «recuo» de Figueiredo e comentou jocosamente que o cavalo do general tinha pelo menos um elemento de superioridade em relação à autoridade que o cavalgava: «o cavalo sabe que é pra frente que se anda».

Uma das maiores preocupações do governo Figueiredo é a reanimação do movimento operário. Talvez, em suas análises «psico-sociais», os assessores do general não tenham imaginado que os sindicatos, brutalmente «expurgados» em 1964, colocados sob severo controle policial durante tantos anos, pudessem se reativar tão depressa. Mas o fato é que eles estão aí, vão reconquistando o seu lugar como interlocutores fundamentais na vida política nacional: não se deixam intimidar por ameaças ou violências policiais, não cedem a chantagens, enfrentam tanto os patrões como o Ministério do Trabalho, cuidando para não se lançarem, em geral, em aventuras, para não cederem a delírios triunfalistas. Salvo pouquíssimos casos, os sindicatos não se têm deixado arrastar para terrenos de luta favoráveis às tramóias de seus adversários.

Esse avanço do movimento operário eleva o nível da luta das forças populares pela democracia e repercute no fortalecimento do conjunto da oposição ao regime. Graças a isso, a oposição tem sabido resistir com grande firmeza às manobras do governo Figueiredo.

A elevação do nível de luta das massas está constituindo o solo firme no qual as diferentes correntes da oposição vêm conseguindo controlar suas divergências e vêm preservando a unidade do MDB como «fede-

ração das oposições». O governo recorreu a intrigas, explorou rivalidades e ressentimentos, espichou vaidades pessoais, mas não conseguiu desunir o MDB. O processo deliberadamente ziguezagueante e nebuloso das operações governamentais destinadas a definir as bases da criação de novos partidos não levou à efetiva constituição do PTB ou do PT, nem impediu que se filiassem ao MDB Almino Afonso, Teotônio Vilela, Severo Gomes, Rafael de Almeida Magalhães, Euler Bentes e vários outros políticos.

A tática do governo Figueiredo não só não conseguiu acirrar suficientemente as tensões internas do MDB como também não conseguiu conter com bastante firmeza as tendências centrífugas no interior da Arena. Teotônio, Severo e Rafael consumaram a ruptura com o partido do governo. Magalhães Pinto, Herbert Levy e Adhemar de Barros Filho realizaram os entendimentos iniciais para a criação de um novo partido, «centrista» e «liberal». E o próprio senador Sarney, num reconhecimento implícito do desgaste do seu partido, propõe-se a exorcizar os males da agremiação de que é presidente através de uma mudança de... palavras: mudando o nome de Arena para «Partido do Povo Brasileiro».

A unidade da oposição é, no período atual, mais importante do que nunca. Na medida em que o regime, em suas manobras de «auto-reforma», se vê pressionado pelo ascenso do movimento de massas, ele pode soltar seus cães de guarda contra as organizações populares mais combativas e mais consequentes. Não é por acaso que o general Figueiredo, em seu discurso de 1.º de maio, usou um tom ameno quando se dirigiu aos representantes do capital e um tom ameaçador quando se dirigiu aos assalariados. O general disse que «esperava» do setor financeiro uma redução dos juros; disse que «esperava» da indústria e do comércio uma diminuição dos preços; disse que «esperava» da agro-pecuária uma produção maior de alimentos. Reconheceu que os assalariados são as principais vítimas da inflação. Mas, numa lógica surpreendente, concluiu que por isso mesmo não deviam reivindicar melhores salários. E ameaçou-os, sinistramente, com «a lei», caso em suas reivindicações os assalariados perturbassem «a paz da família brasileira».

Ninguém se iludiu quanto à palavra «lei» na boca do general: ela significa mesmo é «polícia». Nas complexas condições de luta que se estão definindo agora em nosso país, o general ainda poderá se valer de seus aparelhos de repressão para golpear as forças democráticas, especialmente suas expressões de vanguarda. Aproveitando-se dos preconceitos anticomunistas disseminados pelo regime ao longo de todos estes anos, o general pode armar provocações contra o PCB. A resposta dos comunistas a semelhante situação só pode ser a de cerrar ainda mais estreitamente fileiras na luta do conjunto da oposição democrática, empenhando-se ainda mais no aprofundamento de sua ligação com as massas populares.

Nesse quadro de complexidade crescente da luta política, ao qual em certos momentos se superpõe um quadro conjuntural de turbulências, as forças democráticas mais consequentes devem ser concitadas a desenvolver seu espírito de iniciativa, a somar forças, a consolidar posições, numa perspectiva unitária e persistente.

Crianças pagam crise do leite

A imprensa tem dado grande destaque à polêmica criada em torno do desperdício de 30 mil litros de leite, diariamente jogados fora ou dados como alimento a animais. Esta crise, aparentemente causada por um excesso de produção, reflete na verdade o profundo afastamento entre o que seriam as necessidades da população e a condução da nossa economia.

A grave extensão dos problemas nutricionais no Brasil tem sido demonstrada repetidas vezes por pesquisadores e mesmo mencionada nos discursos oficiais. O próprio presidente do BNDE, Sr. Frederico Kantz, lembrou recentemente em Brasília a flagrante desproporção no consumo da carne: 10 gramas/dia/pessoa são consumidos por 70 milhões de brasileiros (famílias com renda inferior a 2 salários mínimos per capita) e 104 gramas/dia/pessoa entre a classe com rendimentos acima de 20 salários mínimos.

Tal como a carne, o leite, outro alimento essencial, insubstituível nos primeiros anos de vida, tem um reduzidíssimo consumo entre as famílias de baixa renda. O resultado disso foi a progressiva elevação da Mortalidade Infantil nas duas últimas décadas (61/1.000 em 1960; 86/1.000 em 1978; 10 a 20/1.000 nos países desenvolvidos).

Paradoxalmente, a produção de leite cresceu 47% no período de 67 a 77, quando o crescimento populacional foi de 21%. Como entender que a desnutrição no país já possa atingir 12,5 milhões de crianças menores de seis anos quando os produtores de leite são obrigados a inutilizar milhares de litros diariamente?

MUITOS BEBEM POUCO LEITE. A Organização Mundial de Saúde recomenda um consumo mínimo diário de 400 ml per capita. Segundo o IBGE, em 1976 a disponibilidade média foi de 250 ml/dia/pessoa. Deste leite, apenas 46% foram fornecidos sob a forma de leite *in natura*, ou seja, 104 ml por pessoa, enquanto os derivados, muito mais caros, cresceram em produção e consumo.

UTILIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE LEITE (%)

	1975	1976	1977
Leite <i>in natura</i>	49,8	46,2	41,7
Queijos	20,1	22,0	21,7
Leite em pó	11,5	11,4	12,8
Manteiga	7,0	7,0	7,1
Outros derivados	11,6	13,5	16,7

(Fonte: Ministério da Agricultura - Secretaria Nacional de Planejamento Agrícola)

Em investigação realizada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da USP nos anos de 71 e 72, ficou demonstrado que as cestas de alimentos compradas por família com adequado nível de ingestão (renda de 2 salários mínimos per capita) e por família de nível não adequado (renda de 1 salário mínimo per capita) continham praticamente os mesmos produtos. Entretanto, a grande diferença entre elas dizia respeito à quantidade dos produtos, que é substancialmente menor no

segundo caso. Por exemplo: o leite comprado pelos de mais baixa renda equivale a 53% da quantidade comprada pelos de alta renda.

OS PRODUTORES TAMBÉM ESTÃO DESCONTENTES. A atividade leiteira apresenta hoje no país um balanço negativo. O pequeno produtor (menos de 100 litros por dia), apesar de desenvolver outras atividades para subsistir e utilizar mão-de-obra não remunerada da família, se vê obrigado, por ocasião do agravamento das crises, a vender seu gado leiteiro para corte. São eles responsáveis pela produção de 70% de todo o leite e de 88% do leite C. Já os grandes produtores, para produzir o leite B (1), recebem incentivos e créditos oficiais a juros negativos que tornam a atividade vantajosa. No Estado de São Paulo, o consumo do leite B passou de 6,5%, em 72; para 13,5%, em 76.

Após três meses desta nova crise, a única proposta ventilada em níveis oficiais é a de concessão de 1,5 bilhão de cruzeiros de financiamento para o processamento e a estocagem de leite em pó. Sendo o leite em pó produzido a partir do leite C, pago ao produtor a 4,05 cruzeiros o litro e vendido atualmente por cerca de 12 cruzeiros o litro, fica bem claro o grande interesse das indústrias em transformar o chamado excedente da atual produção de leite em pó, três vezes mais caro.

Esta não é positivamente a solução que atende aos interesses da população, pois o leite em pó e os derivados — queijos, iogurtes etc. — são totalmente inacessíveis, dados os baixos salários vigentes. E tanto os pequenos produtores quanto os consumidores em geral não têm tido voz no debate desta questão. Os profissionais da saúde acreditam que a solução para o problema só será justa a partir de um debate amplo, onde os principais prejudicados também participem. **D. Andrade.** (1) Criadas em 1973, as duas categorias têm como diferença o controle bacteriológico — supostamente superior no leite B — e a concentração de gordura: 2,5% para o C e 3,0% para o B, o que não tem grande importância em termos nutricionais.

Macarthismo e PUCaretagem

Depois de 15 anos de intensa «demonização» do marxismo, é natural que uma retomada — por mais tímida que seja — do confronto das idéias na universidade brasileira provoque apreensões, gritos de protesto, eventualmente vozes de ameaça ou delação policial.

Os professores que, certa ou erradamente, eram identificados como marxistas, foram expulsos da universidade. Calo Prado Júnior foi preso, condenado, cumpriu pena. Mas a direita sabe que o marxismo não foi suprimido: apoiado na realidade social da luta de classes, na batalha pela democracia e contra a exploração, o marxismo resiste a todas as campanhas de caça às bruxas. Por isso, mesmo depois de todos os «expurgos», a direita tem medo. E o medo aumenta quando o regime já não tem o poder absoluto de reprimir e é obrigado a tolerar a manifestação

(ainda limitada) de diferentes correntes de pensamento no âmbito da universidade.

Ainda há pouco, na Universidade Católica do Rio, alguns professores denunciaram a existência de uma «ditadura marxista» em alguns Departamentos. A propósito de quê? Em torno de qual acontecimento? Num primeiro momento, um leitor desprevenido poderia pensar que um grupo de solertes marxistas teria sobrevivido a todas as perseguições e agora estaria impondo aos estudantes o estudo exclusivo de Marx, Engels, Lênin e seus discípulos modernos. Seria evidentemente um grave erro e os próprios comunistas brasileiros lamentariam esse «exclusivismo» sectário (que não corresponde ao projeto político-cultural do PCB). Mas não foi nada disso que se passou. A onda de protestos foi desencadeada por causa da substituição numa apostila de um texto do professor Miguel Reale por um texto do filósofo inglês Karl Popper. Embora Popper seja tão antimarxista como Reale, os direitistas viram nisso uma pérfida manobra vermelha.

Imediatamente, começou a funcionar um bem orquestrado esquema publicitário para difundir o protesto do grupo de professores direitistas. A opinião pública, porém, percebeu que o regime estava tentando se aproveitar da coisa para intimidar a direção da PUC. Em seus propósitos de cercar as tendências democráticas que se fortalecem no interior da Universidade Católica, o macarthismo se serve de um grupo de professores ressentidos, cujas motivações «carreiristas» são evidentes. Quer dizer: contra a PCU, vale tudo. Até mesmo a PUCaretagem.

A. Barreto.

Educação cresce para quem pode

Na medida em que a palavra de ordem **Pela Democracia** mobiliza setores cada vez mais amplos da sociedade brasileira, os atuais detentores do poder se vêem cada vez mais forçados a tentarem se apresentar como «democratas» aos olhos da opinião pública. E a desfaçatez os leva a proclamar que são eles que estão «democratizando» o país. Mas a «democracia» criada por eles ao longo destes últimos 15 anos não pode iludir ninguém. Um exemplo do caráter profundamente antidemocrático da política posta em prática pelos sucessivos ditadores que se seguiram ao golpe de 1964 nos é proporcionado pela política educacional que eles puseram em prática. Onde foram feitos investimentos? Em que área se concentraram os esforços? Os dados recentemente publicados pelo IBGE são eloquentes: entre 1962 e 1972, o número de matrículas no nível universitário cresceu 556%, e no curso primário cresceu apenas 91%. Quer dizer, criaram-se novas oportunidades sobretudo para os filhos das famílias que já dispunham de recursos suficientes para chegar até à universidade. Mas para as crianças provenientes da imensa maioria do povo, da maioria da população brasileira, as possibilidades criadas não ultrapassaram a sexta parte daquelas que foram concedidas aos que já tinham alguma coisa. **Sandra Pascoli**

Lutas populares e construção da saída

O que se destaca da análise dos movimentos reivindicatórios de operários, professores, funcionários públicos e outras categorias de trabalhadores que tomaram impulso desde a época da posse do novo governo e atravessaram o 1º de Maio, este 1º de Maio que foi muito diferente dos 15 anteriores?

Em primeiro lugar, que eles têm lugar no contexto de uma situação nova na vida nacional, marcada pela ampliação das ações de massa e pelo desenvolvimento — que ainda apresenta problemas — de seu nível de organização e consciência. Situação de desgaste acentuado do regime e de avanço do movimento oposicionista. São movimentos que, ao mesmo tempo, revelam a existência de fenômenos novos na vida do movimento operário e sindical.

Em segundo lugar, que eles são motivados por uma situação concreta de grande dificuldade de vida dos assalariados. Quinze anos de exploração, de repressão das lutas reivindicatórias e de agravamento dos problemas urbanos — que tornam a vida mais infernal — foram um tempo de acumulação, de repressão das necessidades vitais das massas. Durante 15 anos, os assalariados da base da pirâmide de renda pagaram os custos do desenvolvimento econômico. E hoje, duas coisas estão evidentes para a opinião pública: 1) não se pode atribuir à evolução dos salários o ritmo da inflação; 2) a ditadura não tem moral para pedir «sacrifícios a todos», pois todos sabem que esses sacrifícios são pedidos em nome de interesses de minorias ultra-privilegiadas, que não apenas não fizeram sacrifício algum como enriqueceram à custa do sacrifício alheio.

Em terceiro lugar, os elementos que permitem compreender o êxito relativo da maioria dos movimentos encetados. A disposição de luta das grandes massas urbanas, a capacidade de organização de uma série de categorias, a demonstração da força da unidade. A combinação destes e de outros elementos permitiu a conquista da legalidade de fato da greve e impôs, em muitos casos, a negociação direta com os patrões.

Há ainda um dado político de primeira grandeza: o medo está sendo vencido. Medimos bem as palavras ao dizer isto, porque toda euforia fora de hora e de lugar pode se transformar facilmente em histeria e, mais adiante, em amarga tristeza. Vencer o medo é um grande passo inicial das massas, que lhes permite enfrentar os problemas que surgem em seguida. E não se trata de um dado «psicológico», mas, insistimos, político.

Quando se sabe que a repressão foi o método de governo principal da ditadura, isto significa que, do ponto de vista das grandes massas urbanas, cuja participação no processo é ao nosso ver decisiva, esta forma de dominação, tal como veio sendo praticada e consolidada ao longo destes 15 anos, não funciona mais. E, em última análise, de duas, uma: ou o país continua sendo palco de um processo de avanço em direção à substituição

da ditadura por um novo regime, democrático, ou as forças reacionárias impõem um retrocesso que, golpeando os movimentos e as estruturas em formação ou em consolidação, lhes permita retomar a aplicação do sistema de governo que imperou nestes anos.

A «abertura» de Geisel/Figueiredo abriga as duas hipóteses extremas. Concretamente, o que se vê é a manifestação de uma série de possibilidades intermediárias; a marcha dos acontecimentos assinala avanços e ameaças. Enquanto as diretivas dos sindicatos dos metalúrgicos do ABC paulista são reintegradas, a do sindicato dos professores de Brasília continua «deposta». No Estado do Rio, os professores da rede pública tiveram algumas de suas reivindicações atendidas e cessaram a greve; no Estado de São Paulo, o governador Maluf puniu 21 diretores de escolas que se recusaram a entregar listas de presença de professores e vários docentes foram ouvidos no DOPS. Num dado momento, o ministro do Trabalho atua como mediador no conflito do ABC; pouco depois, vai à televisão acusá-lo de ser promovido por «elementos infiltrados»; e 50 dirigentes sindicais lhe enviam um memorial rebatendo este tipo de conversa. E Figueiredo? Entre as promessas anteriores à posse e o discurso ameaçador de 1º de Maio, quanta distância...

Avanços e ameaças, sim, mas dentro de um quadro global de avanço, de progressão das lutas populares e democráticas. Para que esta progressão seja mantida e ampliada, é

preciso preservar e aumentar a unidade e o nível de organização dos movimentos. Evitar o isolamento político deste ou daquele setor.

É preciso, mais do que isto, que o movimento operário e sindical coloque no tabuleiro as suas alternativas à política econômica e social da ditadura. O que acontece atualmente é que o caráter das reivindicações — que pode ser resumido na expressão *defesa do poder aquisitivo dos salários* — está em descompasso com a influência política assumida pelo movimento. As políticas alternativas que refletem os interesses dos trabalhadores e levem em conta, por isso mesmo, os interesses do conjunto da nação, são elementos hoje fundamentais para que o horizonte das lutas apareça com clareza. A insistência de Simonsen & Cia. em defender certos interesses está atraindo a revolta de uma grande maioria de brasileiros. É necessário mostrar, com propostas que ganhem o apoio de toda a frente oposicionista, que há outras soluções possíveis. Isto faz parte da construção de uma saída que nos permita vencer o atual estado de coisas.

É assim que o movimento operário e sindical vai passar do nível atual de participação, que é entretanto extremamente político, dada a própria natureza do regime, a um nível mais elevado, em que ele assumirá plenamente a sua condição de protagonista consciente das transformações necessárias à liquidação deste regime. A ditadura agravou todos os problemas que existiam antes do golpe e criou novos problemas, de extrema gravidade. Para acabar com a ditadura é preciso enfrentá-los desde já. E, para tanto, serão necessárias muita unidade, muita organização e muita consciência. E será necessário fazer convergir todas as lutas para o leito geral da conquista da democracia. Enfrentar os problemas é possível desde já. Mas resolvê-los de forma satisfatória, nos marcos de um novo tipo de desenvolvimento, só será possível na medida em que haja condições de democracia em nosso país.



Na raiz das lutas, salários deteriorados

Greves de metalúrgicos, funcionários públicos municipais, professores do Estado e da rede privada, empregados de postos de gasolina, médicos... seria fastidioso enumerar todas as categorias de assalariados que estão se movimentando.

É evidente que todos esses movimentos se desenvolvem numa dada conjuntura política, caracterizada pela ascensão do movimento de massas e pelo revigoramento da resistência democrática. Mas a sua base objetiva é a situação das massas, suas condições de vida cada vez mais difíceis.

As tabelas que publicamos abaixo falam por si mesmas. Os dados da que ilustra a alta dos preços durante o governo Geisel são escandalosos. Mais uma vez, chamamos a atenção para a tensão que tendem a criar, nos planos social e político, as medidas «antiinflacionárias» de Figueiredo e sua equipe: além de ignorarem deliberadamente a perda de poder aquisitivo dos salários nos últimos anos, destinam-se a fazer recair sobre os ombros dos assalariados os custos das «soluções» encontradas, agravando o problema.

A tabela que ilustra a deterioração das condições de vida do funcionalismo acom-

panhou um artigo do economista José Serra em que este punha a nu o fracasso da política da ditadura face a seus próprios objetivos e promessas, tal como definidos no Programa de Ação do Governo (PAEG, 1964). Entre eles, o de conter a inflação até... 1966.

Deixamos aos leitores o estudo dessas tabelas, que ajudam a compreender o que está acontecendo no terreno das lutas econômicas e sociais das massas assalariadas. Só para suscitar a reflexão sobre outro problema de fundo, acrescentamos que, segundo um estudo do Citibank («Monthly Economic Letter», dezembro de 1978), o custo salarial horário dos operários era (em meados de 78 nos 10 primeiros países e em 1977 nos cinco últimos) o seguinte (em dólares): Bélgica e Suécia - 9,88; Holanda - 9,62; R.F.A. - 9,18; EUA - 8,26; Canadá - 7,54; França - 6,90; Itália - 6,18; Japão - 5,65; Inglaterra - 4,24; Espanha - 2,62; Grécia - 1,90; México - 1,82; Portugal - 1,60; e... Brasil - 1,40.

Índices de salário real do funcionalismo público estadual paulista

	Trabalha- dor braçal	Escritu- rário	Chefe de se- ção	Produto interno bruto por habitante
1964	100,0	100,0	100,0	100,0
1967	77,0	78,0	101,0	102,8
1973	86,0	116,5	163,6	166,3
1977	71,5	86,1	118,2	180,0

Fonte: José Serra, «Promessas Antigas», Folha de São Paulo, 15-4-1979. Extrado de «Política Salarial», de N. Medeiros, M.E. Cechin, M.B. Matusa e M.R. Oliveira, Unicamp, Depto. de Economia, 1978. Os índices anuais de salário real representam a média aritmética dos índices salariais mensais.

Produto/Serviço	Jan-74	Abr-79	Varição	Projeção para 85 (1)
Arroz (kg)	3,00	12,00	300%	55,20
Feijão (kg)	5,80	24,70	325%	117,60
Óleo (lata)	4,70	23,60	406%	139,70
Cebola (kg)	1,80	20,00	1.011%	262,60
Sal (kg)	0,89	3,90	338%	19,70
Café (kg)	8,20	82,00	900%	967,00
Açúcar (kg)	1,20	7,60	633%	56,20
Carne (alcatraz - kg)	14,00	76,00	442%	478,00
Batata (kg)	2,80	8,00	185%	24,80
Macarrão (1/2 kg)	3,50	12,80	265%	53,50
Farinha de trigo (kg)	2,00	4,50	125%	11,30
Leite tipo C (litro)	1,00	6,10	510%	43,40
Pão (filão)	1,00	5,00	400%	29,00
Cafezinho	0,35	2,09	471%	13,30
Refrigerante	0,70	3,50	400%	20,30
Cigarro	2,60	12,50	380%	69,50
Alcool (litro)	1,20	18,00	1.400%	320,40
Gasolina comum (lit)	1,03	9,60	832%	69,50
Ônibus urbano	0,50	3,30	560%	25,50
Água (média por m ³ , incluídas taxas)	0,90	3,28	264%	13,60
Luz (média por kw, incluídas taxas)	0,36	2,07	476%	13,90
TOTAL	57,53	340,65	492%	2.824,00
Salário mínimo (cruzeiros)	415,20	1.560,00	276%	6.723,00
Taxa cambial (cruzeiro/dólar)	6,34	22,99	263%	95,41
Dívida externa (em bilhões de dólares)	13,00	41,00	215%	147,00

(1) Caso seja mantido o mesmo ritmo inflacionário dos últimos cinco anos. Fonte: Folha de São Paulo, 9-4-1979.

Contra o terror no Iraque

Uma violenta onda de terror repressivo se abateu sobre o Iraque nos últimos meses, sob a condução dos setores mais reacionários do Partido Baath. Apesar de o Baath fazer parte de uma coalizão — a Frente Progressista Patriótica Nacional — da qual participa também o Partido Comunista Iraquiano, este último, juntamente com a Organização de Libertação da Palestina e os grupos progressistas curdos, vem sendo o alvo principal das operações da polícia política do governo de Bagdá.

Para atuar no sentido da cessação da perseguição e das violências — 18 oficiais do Exército Iraquiano foram executados sob a acusação de realizar «atividades comunistas» —, foi criado o Movimento Democrático para a Luta contra o Terror no Iraque, de cujo apelo à solidariedade publicamos os trechos principais.

«Há meses que democratas e pessoas amantes da liberdade e do progresso no Iraque vêm sendo alvo de uma vasta e brutal caça às bruxas operada pela polícia de segurança e o serviço secreto do Iraque, segundo as instruções e sob a supervisão direta da liderança do Partido Baath Socialista Árabe, que governa o país. Os métodos usados nesta investida contrariam todos os valores humanos e as convenções em vigor».

«(...) Complementarmente às horríveis técnicas de tortura empregadas, os presos são ameaçados de morte e de liquidação física de seus familiares. Muitos outros métodos desumanos são usados; eles só têm paralelo nos métodos empregados pelos mesmos Baathistas e seus aliados quando, pela primeira vez chegaram ao poder no Iraque, através de um sangüinário golpe fascista, em 8 de fevereiro de 1963».

«(...) Milhares de pessoas foram mortas através de execuções injustificáveis, liquidação física ou tortura brutal desde que o Partido Baath chegou novamente ao poder, em 17 de julho de 1968. Este desrespeito flagrante pela vida humana não é mais escondido pelos Baathistas; o regime consignou-o em leis chocantemente explícitas. Listas das vítimas são ocasionalmente publicadas no diário oficial».

Depois de citar vários itens da legislação de exceção contida no artigo 200 do Código Penal Iraquiano, emendado sucessivamente em 1973, 1974, 1976 e 1978 — entre os quais o que prescreve a pena de morte para quem convencer um membro do Partido Baath a deixá-lo para ingressar noutra organização —, o documento apela «a todos os povos amantes da liberdade no mundo» para que «façam ouvir sua voz, onde quer que estejam, contra estas brutalidades», para que «transmitam seu protesto às embaixadas do Iraque, endoçarem telegramas de protesto e condenação aos governantes Iraquianos e escrevam à ONU, a todos os organismos internacionais e organizações democráticas, sobre o que está ocorrendo no Iraque».

«Apelamos ao vosso senso do dever diante da liberdade e da dignidade humana. A liberdade vem sendo flagrantemente violada no Iraque; que a vossa voz solidária seja, como sempre, mais forte que o terror», conclui o apelo.

O assassinato da Amazônia

Qual vai ser a política que o governo Figueiredo vai adotar para a Amazônia? Não se sabe. Como tudo neste governo viciado pela tara de quinze anos de ditadura, as decisões estão sendo tomadas por um grupo reduziíssimo de pessoas, na calada da noite, sob forma conspirativa, sem o controle da opinião pública.

Sabemos todos que a Amazônia está em acelerado processo de destruição. Um cientista do Instituto Max Planck, o alemão-ocidental Harald Sioli, calculou que, se a atual taxa de destruição das árvores continuar, a floresta amazônica será totalmente destruída até o ano 2005. Esse processo de destruição provocará alternadamente longos períodos de seca e grandes enchentes, terá graves consequências ecológicas e sócio-econômicas e afetará a atmosfera de todo o planeta (a Amazônia fornece boa parte do oxigênio do mundo).

As forças democráticas, em seu conjunto, precisam se mobilizar para defender a Amazônia, precisam alertar a opinião pública nacional para a monstruosidade do crime que está sendo cometido contra a humanidade no norte do nosso país. Devemos todos cobrar das duas comissões parlamentares (a do Senado e a da Câmara) que investigam a questão que os responsáveis pela coisa sejam claramente identificados para poderem ser eficazmente combatidos. Devemos todos estimular iniciativas como, por exemplo, a da Comissão Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA), que, sob a direção do professor Artur César Ferreira Reis e do general Tácito Lívio Reis de Freitas, reuniu em 30 de março último, no auditório da ABI, no Rio, representantes de mais de 50 organizações civis e numerosas personalidades para debater o drama da Amazônia.

Não se sabe se o governo Figueiredo vai adotar a política dos «contratos de risco», se ele vai vender partes da Amazônia a grandes empresas estrangeiras. O que se sabe é que grande parte da devastação já vem sendo feita pela *Jari Forestry and Ranching Company*, empresa do bilionário Daniel Keith Ludwig, frequentador assíduo do Palácio do Planalto. O que se sabe é que a firma de Ludwig não está sozinha em sua ação devastadora: acompanham-na a Liguigás Italiana, a Volkswagen do Brasil e a *King Ranch of Texas*.

A revista *Observer Magazine*, de Londres, constatou em abril deste ano que, numa viagem aérea de Belém a Manaus, o observador vê uma quantidade enorme de incêndios. Pra quem pode comprar terra baratinho e quer obter lucro logo, sem se preocupar com o futuro, botar fogo na floresta é o modo mais simples de agir. Nos incêndios, morrem cinco ou dez mil animais vertebrados por quilômetro quadrado, mas isso não conta. Um rancheiro norte-americano declarou a Robin Hanbury-T. Ennison, Presidente da associação *Survival International*: «A gente pode comprar um acre de terra pelo preço de duas cervejas; depois, quando tiver meio milhão de acres e 20 mil cabeças de gado, a gente pode deixar aquela terra piohenta e ir morar no Havaí ou na Suíça».

Em 1970, o coronel Haroldo Veloso, «revolucionário» de 64 e então deputado, advertia o governo para os riscos da desnacionalização da Amazônia. De lá para cá, a situação vem piorando assustadoramente. Plínio de Arruda Sampaio verificou que em 1972 havia cerca de um milhão quinhentos e dez mil hectares da Amazônia em mãos de estrangeiros; em 1976, essa área havia aumentado já 70% e eram quase dois milhões e seiscentos mil hectares que os estrangeiros possuíam.

O governo Figueiredo, ao prestigiar o

Projeto Jari, já se definiu como um cúmplice dessa desnacionalização. Não se sabe qual vai ser a sua política daqui por diante, mas já se sabe que ela vai fazer novas concessões às multinacionais, conclamando-as a «ajudarem» na preservação da floresta amazônica. A resposta a essa política está na frase de um ex-secretário do Meio-Ambiente do governo de São Paulo: «Entregar às multinacionais a exploração das florestas é a mesma coisa que contratar uma cabra para administrar uma horta».

Josimar Teixeira

Veja protege os fortes e oprimidos

Apesar das difíceis condições de produção e distribuição que lhe são impostas pela ditadura, a nossa *Voz Operária* não pode mais ser ignorada pelas correntes de direita. Obrigada a reconhecer que vivemos, obrigada a falar de nós, a direita, naturalmente, procura deformar nossas posições. Na Câmara dos Deputados, o truculento coronel Erasmo Dias se referiu, por exemplo, à nossa crítica inflexível — e de princípios — ao terrorismo (discurso feito em 19-4-79), procurando contrapor *Voz Operária* aos deputados democratas que denunciavam a campanha «antiterrorista» da ditadura como mero pretexto para sabotar a luta pela anistia ampla, geral e irrevogável. O artifício do deputado Erasmo Dias não chegou a confundir ninguém; nenhuma pessoa sensata poderia imaginar que a nossa posição contrária ao terrorismo tenha algo em comum com a paranóia erasmiana.

Mais perigosa, por seu tom capcioso, é a matéria publicada em *Veja* no seu número de 18-4-79 (pág. 32). O ponto de partida do artigo é o empenho do nosso Partido na conquista da sua legalidade. Mas o escrito que o redigiu não consegue compreender que esse empenho reflete condições históricas particulares, que ele nasce da aplicação e do desenvolvimento de uma linha política coerente, defendida ao longo de vários anos. Não percebe que a clandestinidade imposta ao PCB é um sintoma da pujança das taras antidemocráticas da nossa sociedade. Por isso, apresenta a luta pela nossa legalidade como manobra de um grupo de sinistros conspiradores.

Depois de 15 anos de repressão, de censura e

autocensura, a competição entre os órgãos de imprensa que se pretendem descomprometidos em relação ao arbítrio só pode se travar em torno de sua capacidade de tratar com dignidade os temas da democratização do país. Mas o uso do fascismo faz à custa torta; *Veja* deu agora uma de «proteção dos fortes e dos oprimidos»: vomitou adjetivos injuriosos contra uma organização democrática que está por baixo, que sofreu duras perdas e ouso — suprema ousadia — reivindicar uma vida legal.

Veja chega a dizer que estamos nos dirigindo ao governo para pedir que ele nos conceda generosamente o nosso direito à legalidade: «essa tentativa incipiente de lutar por uma fatia no espaço político brasileiro está orientada, em primeiro lugar, na direção dos auditórios oficiais». E uma calúnia desavergonhada, que finge desconhecer a firmeza da posição oposicionista mais consequente que é a nossa desde 1º de abril de 1964.

Não nos iludimos; sabemos que a conquista da nossa legalidade não decorrerá de um ato de boa vontade de algum déspota «esclarecido» e sim da pressão das forças democráticas, que em princípio deverão estar todas elas interessadas na plena liberdade de organização político-partidária. Exatamente por isso é que depositamos nossas esperanças no movimento de massas e na elevação do nível de consciência do conjunto das forças democráticas. Os donos de *Veja* e quem escreveu o artigo têm todo o direito de crer que não conseguiremos conquistar a nossa legalidade antes de 1982; mas é abjeto e covarde que se sirvam de uma revista de larga circulação para levar água ao moinho daqueles que trabalham contra a nossa legalização.

Voz Operária continuará a sair, mensalmente, e não de forma «irregular», como está em *Veja*. Enfrentando todas as dificuldades para levar a palavra do PCB a seus militantes, simpatizantes, amigos e leitores. Também, quando calha, para recolocar em seus devidos lugares as coisas que a «grande imprensa» costuma embaralhar.

F. TEIXEIRA

As armas da crítica contra a crítica das armas

Lourenço Diatéria foi condenado pelo Superior Tribunal Militar (fora absolvido em primeira instância) a oito meses de prisão por ter escrito o artigo *Herói, Morto. Nós* (Folha de São Paulo, 1º-9-77).

Antônio Callado, em gesto de nobre e serena solidariedade ao colega perseguido, reproduziu, em sua coluna *Sociedade* (Isisof, 2-5-79), o trecho que provocou a ira das altas autoridades militares.

A condenação de Diatéria é, como disse o Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, um mau sinal. Advertiu-nos da presença das forças mais obscurantistas no topo do poder e reflete o império desta doutrina de «segurança nacional» que está gi-

há 15 anos. Em compensação, os dois artigos, separados no tempo por 20 meses e unidos em tudo o mais, trazem a marca da dignidade democrática e do amor à liberdade e ao nosso povo que distinguem a intelectualidade brasileira. Esses artigos são uma amostra do que ganharemos quando conquistarmos a democracia.

Associamo-nos ao gesto de Callado publicando o trecho final de seu artigo, síntese daquilo que, infelizmente, vem sendo a presença da corporação militar ao longo desta ditadura:

«(...) O país não pode continuar dominado por esta falsa religião, esta transformação de armas em símbolos sagrados, esta insistência em manter um povo moderno ajoelhado diante do chamado altar da pátria. Enquanto vivermos, a qualquer pretexto, o ministro do Exército como grande Inquisidor, as classes armadas como santo ofício e a tortura como confissão, não iremos lá das pernas não.

Em toda a minha vida adulta de jornalista sou sempre a má sombra de um Júpiter tonante e intolerante, do general Góes Monteiro ao general Geisel. É esse tipo de «general caxias», no sentido popular da palavra, que tem moldado o pobre do Carlos Verdadeiro à sua imagem e semelhança. Inventaram, como queriam baixar o pau, um Deus terrível. E deram-lhe o nome de Caxias».

A hora das propostas alternativas

A imposição ao país de um novo «pacote antiinflacionário», por parte dos tecnocratas do governo Figueiredo, foi o acontecimento econômico de maior importância nas últimas semanas.

Uma primeira constatação que tal fato permite é a do fracasso da ditadura militar em sua ação contra a inflação, fracasso este que vem tornando necessário produzir «pacotes» com uma frequência crescente.

Em segundo lugar, a forma como foi elaborado o «pacote» mostra o quanto são ainda limitadas as brechas democráticas conquistadas pelo conjunto das forças de oposição à ditadura. As medidas que deram corpo ao recente «pacote» foram discutidas e elaboradas a portas hermeticamente fechadas pelos três ministros mais importantes da área econômica, com alguma participação dos presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil. Os sindicatos operários, as associações e órgãos representativos dos economistas e de outras categorias de profissionais liberais não tiveram a mínima participação nas discussões que desembocaram no «pacote». O mesmo pode ser dito em relação às associações representativas dos pequenos e médios industriais e comerciantes. Portanto, as decisões relativas à política econômico-financeira, apesar das conquistas e vitórias das forças democráticas na área política, continuam sendo fecundadas, geradas e paridas de forma autoritária e tecnocrática, embora deva ser assinalado que as ações e greves da classe operária e de setores da classe média tornam cada vez mais difícil para a ditadura atuar contra a inflação através do arrocho salarial.

Outro aspecto digno de atenção refere-se à concepção que orienta o «pacote». Insensível à experiência do passado, por mais contundente que ela seja, o trio Simonsen/Rischbieter/Delfim optou pela adoção de medidas de claro corte monetarista, as quais, como é sabido, se caracterizam por atacar os efeitos do processo inflacionário e não suas causas. Se levado às últimas consequências, este tipo de política conduz a que a cura da doença seja obtida com a

morte do paciente, ou seja, para reduzir a taxa de inflação leva-se a economia à recessão, com fechamento de indústrias e desemprego.

A tecnocracia de Figueiredo, porém — e até certo ponto indo de encontro às próprias concepções monetaristas da luta contra a inflação —, preservou intactos os interesses do setor que é hoje em dia reconhecido por gregos e troianos como um dos principais, se não o principal, foco originadores da inflação — o mercado financeiro. Ou seja, ao não tocar nos diversos mecanismos que permitem a autonomia da «ciranda» financeira — a qual congela especulativamente vultosos recursos que poderiam ser aplicados produtivamente, no sentido de reduzir desequilíbrios estruturais na oferta (e limitar, portanto, a inflação) —, o governo Figueiredo deixa transparecer claramente o conteúdo de classe de sua política econômico-financeira. E foi tão escandalosa a defesa dos interesses do mercado financeiro que até mesmo um senador da Arena (e que não está para transferir-se ao MDB...), Luis Cavalcanti (Alagoas), viu-se obrigado a pronunciar um discurso criticando severamente o «pacote», endossando para tanto as palavras do conhecido industrial Antonio Emílio de Moraes, que disse existirem no Brasil, após 1964, somente dois partidos: os banqueiros e o resto.

Por outro lado, a situação econômico-financeira é tão complexa e a perspectiva de recessão tão real e vizinha (indústrias de São Paulo já começam a despedir operários por falta de encomendas, como é o caso da Villares) que, nas fileiras do próprio governo, grassam as divisões e os choques. Apesar de não poderem ser exageradas, tudo parece indicar, por exemplo, que existiram divergências de peso entre os três ministros originadores do «pacote» no que se refere ao problema do tabelamento da taxa de juros, tendo prevalecido a posição de não fazê-lo. Mas os analistas da situação econômico-financeira são quase unânimes em afirmar que sem uma intervenção direta na taxa de juros e no mercado financeiro em geral será bastan-

te difícil conseguir resultados mais significativos na luta contra a inflação.

A adoção de medidas restritivas ao mercado financeiro levaria, porém, quase que inevitavelmente, a uma reordenação e reacomodação do amálgama de forças que apóiam e sustentam o atual regime, situação esta que poderia refletir-se, por exemplo, numa crise ministerial de vulto.

É dentro deste contexto que o conjunto das forças democráticas — e, especialmente, a classe operária — deve estabelecer o elo entre o econômico e o político e visualizar a forma mais correta de agir dentro da atual conjuntura. A partir da manutenção e ampliação de sua unidade, a classe operária deve continuar firme na sua luta contra o arrocho salarial, pela recuperação e preservação do poder aquisitivo de seus salários (as intervenções nos sindicatos dos metalúrgicos do ABC e no sindicato dos professores de Brasília, o insuficiente nível dos novos salários mínimos e o truculento discurso de Figueiredo no 1º de maio mostram o quanto esta frente de lutas é ainda crucial). No entanto, tudo faz supor que é chegado o momento de a classe operária e outros setores do campo democrático passarem a incorporar em suas plataformas de luta a reivindicação de participar — através de seus órgãos representativos de classe — nas discussões e na formulação das políticas econômicas. Para tanto, deve ser acelerada a elaboração de sugestões de políticas econômicas alternativas, a partir da perspectiva mais geral de que a inflação prejudica, acima de tudo, as classes assalariadas.

Conscientes de que tal participação do conjunto das forças democráticas e, especialmente, da classe operária só será obtida com muita luta e unidade, é nossa opinião, porém, que ela deve ser buscada desde já, pois sua transformação em realidade se constituirá num elemento fundamental para a ampliação e consolidação do processo de retorno à democracia em nosso país.

Edmundo Cereja

Fleury, fruto e instrumento do terror fascista

Com a morte do Comandante Barreto (como era conhecido, no submundo da repressão, o delegado Sérgio Fleury), desaparece o símbolo vivo mais conhecido e visível do terror policial e do arbítrio total instaurados pelo golpe de 64. Morte em circunstâncias obscuras, com laudo assinado pelo legista Harry Shibata (o mesmo que atestou o «suicídio» de Vladimir Herzog), sem autópsia... Dá o que pensar.

Pois Fleury, cujo falecimento foi anunciado pela revista francesa *Témoignage Chrétien* (Testemunho Cristão) sob o título «Morte de um Criminoso», foi uma figura torpe em quem a ditadura investiu muito, muito mesmo. A publicação da lista de altas condecorações que ele recebeu nos últimos anos, em nome da República, ocuparia boa parte do espaço desta nota. Fleury foi definido pelo general



Otávio Costa, ex-chefe da AERP de Médici, como «um dos carros-chefe da Revolução». Para subtrair-lo ao braço da Justiça (comum), foi criada uma lei especial. Ele respondia a 10 processos como chefe do *Esquadrão da Morte*.

O delegado Fleury era uma das grandes vergonhas nacionais, esta é que é a verdade. Um fruto exemplar da podridão da «Redentora». Sua morte, seja qual for a verdade sobre ela, interessava a muita gente. Mas gente do «sistema», é claro: quem se servia dele, de sua sede de sangue e «promoção», e poderia temer certas relevações saídas de sua boca. Duas coisas, em todo caso, são certas: 1) se alguém mandou matar Fleury, isto é sinal dos tempos; 2) sua morte não resolve em nada o problema da violência ditatorial contra o povo.